

ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA TURURUKARI-UKA: O ASSOCIATIVISMO COMO FATOR DE PARTICIPAÇÃO, FORTALECIMENTO COLETIVO E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZATION OF THE TURURUKARI-UKA INDIGENOUS COMMUNITY: ASSOCIATIVISM AS FACTOR OF PARTICIPATION, COLLECTIVE STRENGTHENING, AND ACCESS TO PUBLIC POLICIES

Autora: Jennifer Costa da Silva

Filiação: Bolsista (PAIC/FAPEAM) Embrapa Amazônia Ocidental
Jennifersilva0417@gmail.com

Autor: Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Filiação: Embrapa Amazônia Ocidental
E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br

Grupo de Trabalho (GT): GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo

Este artigo analisa o papel do associativismo na comunidade indígena Tururukari-Uka, localizada em Manacapuru, Amazonas, com foco no impacto desse modelo organizacional no desenvolvimento comunitário. O objetivo principal da pesquisa é compreender como a organização coletiva fortalece as condições sociais, econômicas, ambientais e culturais da comunidade, além de analisar sua influência no empoderamento político e no acesso a políticas públicas. A pesquisa fundamenta-se em teorias sobre associativismo, como Scherer-Warren (2001, p. 42), Souza (1995) e Lüchmann (2014, p. 165), que tratam do associativismo como ferramenta de fortalecimento social e melhoria da qualidade de vida, destacando a importância da participação coletiva para a conquista de direitos e autonomia. Através de uma abordagem metodológica mista que combina técnicas qualitativas, com entrevistas com lideranças comunitárias, e uma análise quantitativa de indicadores socioeconômicos e infraestrutura local. Os resultados indicam que a criação da associação fortaleceu a identidade comunitária, possibilitou o acesso a novos recursos e ampliou as parcerias estratégicas com diferentes atores sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização cultural.

Palavras-chave: Associativismo, Políticas Públicas, Desenvolvimento Comunitário, Sustentabilidade, Cultura.

Abstract

This article analyzes the role of associativism in the indigenous community of Tururukari-Uka, located in Manacapuru, Amazonas, focusing on the impact of this organizational model on community development. The main objective of the research is to understand how collective organization strengthens the social, economic, environmental, and cultural conditions of the community, in addition to analyzing its influence on political empowerment and access to public policies. The research is based on theories of associativism, such as Scherer-Warren (2001), Souza (1995), and Lüchmann (2014), which address associativism as a tool for social strengthening and quality of life improvement, highlighting the importance of collective participation for the achievement of rights and autonomy. Through a mixed-methods approach that combines qualitative techniques, with interviews with community leaders, and a quantitative analysis of socioeconomic indicators and local infrastructure. The results indicate that the creation of the association strengthened community identity, facilitated access to new resources, and expanded strategic partnerships with different social actors, promoting sustainable development and cultural appreciation.

Keywords: Associativism, Community Development, Sustainability, Culture, Indigenous Community.

1. Introdução

Os indígenas Kambeba que habitam a Aldeia Tururukari-Uka migraram da região do Alto Solimões nas décadas de 1980 e 1990. Desde então, têm lutado para permanecer no território localizado às margens do lago do Ubim, próximo à AM-070, no município de Manacapuru, Amazonas. Essa luta envolve não apenas a posse do território, mas também o acesso a políticas públicas de saúde, educação, moradia e desenvolvimento rural.

Entre as diversas estratégias de resistência, a comunidade Kambeba passou os anos de 2010 a 2012 refletindo e gestando a criação de uma associação que pudesse atuar como um instrumento jurídico capaz de intermediar negociações, projetos e acordos em nome da comunidade, eliminando a necessidade de mediadores externos. Assim, em 23 de agosto de 2013, foi formalizada a Associação Tururukari-Uka dos Índios Kambeba (ATIK). Segundo o cacique da comunidade, a criação da associação foi essencial para oficializar a segurança territorial, pois "a comunidade enfrentava insegurança fundiária".

A clareza do papel da associação está presente em seus objetivos, conforme descrito a seguir: 1) Assegurar a entidade civil no território, garantindo sua representação e proteção; 2) Captar recursos para implementar projetos de segurança alimentar e melhorar as condições de vida da comunidade; 3) Promover a valorização e fortalecimento da cultura Kambeba, incluindo a transmissão da língua, dos costumes e da história do povo; 4) Desenvolver iniciativas de economia solidária e sustentabilidade, fortalecendo a autonomia financeira da comunidade; 5) Fomentar práticas agrícolas sustentáveis e a preservação ambiental do território indígena.

O tuxaua da comunidade, Francisco Uruma, destacou que sua preocupação, como líder comunitário, sempre foi encontrar maneiras de manter a população na comunidade, garantindo alternativas de sobrevivência, especialmente no que se refere à segurança alimentar e geração de renda. Foi a partir desse diagnóstico que surgiu a Atik, representando um marco na afirmação do povo Kambeba em seu território e na região metropolitana de Manaus. Segundo o IBGE (2022), mais de 70.000 indígenas vivem nessa região, e a criação da associação se consolidou como um passo importante na superação da dependência de mediadores e na garantia de maior autonomia para os indígenas em suas demandas e negociações.

Lideranças da comunidade apontam que a criação da Atik pode ser sistematizada como "uma importante conquista" no fortalecimento da cultura, da economia e da organização social do povo Kambeba. Com a associação, foi possível estruturar de maneira mais clara um

projeto de continuidade e fortalecimento cultural, assegurando a perpetuação das tradições por meio da educação, da preservação da língua e dos costumes ancestrais.

Além disso, a Atik desempenhou um papel fundamental no acesso a projetos e iniciativas voltadas para o fortalecimento da produção agrícola da comunidade. A associação possibilitou o aperfeiçoamento de práticas de cultivo de açaí, banana, mandioca, café, cacau e criação de abelhas indígenas. Um dos projetos mais significativos foi o "Enriquecimento Florestal", que visava promover a segurança alimentar e a proteção do território. O tuxaua Francisco Uruma destaca: "Esse projeto foi fundamental para nossa comunidade, pois permitiu que nós mesmos gerenciássemos nossos recursos naturais e garantíssemos nossa soberania alimentar".

O presente estudo busca analisar a importância do associativismo para comunidades indígenas, com foco especial na etnia Kambeba, que migrou da região do Alto Solimões, na fronteira entre o Peru e o Brasil, para a região metropolitana de Manaus, caracterizada por um intenso processo de urbanização e complexidade sociocultural. A análise pretende evidenciar como o associativismo se configura como um meio de garantir o protagonismo e a autonomia dos indígenas nas negociações e incidências junto ao poder público e privado, além de criar condições para o fortalecimento de estratégias coletivas culturais, sociais e econômicas próprias da etnia Kambeba.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em um estudo de caso na Aldeia Tururukari-Uka. Os resultados demonstram que a associação foi essencial para ampliar a força da comunidade na luta pela garantia territorial, no acesso às instituições públicas e privadas e na viabilização de projetos voltados para o fortalecimento organizativo e produtivo da comunidade. Assim, a Atik consolidou-se como um instrumento de resistência e desenvolvimento para os Kambeba, garantindo sua autonomia e perpetuação cultural em um cenário de constantes desafios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre o associativismo e sua importância para comunidades rurais, sejam elas formadas por agricultores ou povos indígenas, é vasta e amplamente debatida. Para Scherer-Warren (1995, p. 42), o associativismo representa uma forma organizada de “ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias”. Essa reflexão evidencia o associativismo como um instrumento essencial para a conquista de demandas comunitárias,

viabilizando tanto a garantia de direitos já estabelecidos quanto a luta por novos direitos que favoreçam o bem comum.

Souza (1995) compreende o associativismo como um processo baseado em três objetivos fundamentais: (1) a definição clara e sistemática de interesses comuns; (2) o respeito às limitações e possibilidades de cada indivíduo dentro da comunidade; e (3) o aprofundamento e avaliação contínua da prática participativa. Dessa forma, o associativismo não se limita ao acesso a benefícios governamentais, mas busca criar novas oportunidades para a comunidade, promovendo sua autonomia e desenvolvimento sustentável.

Lüchmann (2014, p. 165) destaca que o associativismo adquire relevância à medida que “desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo – ou sistêmico –, requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social”. Esse aspecto fortalece as comunidades e amplia a construção de sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual, fomentando uma participação ativa na busca por melhorias coletivas.

A consolidação do associativismo está inserida em um contexto de fortalecimento e organização de práticas pré-existentes, além de estar relacionada ao capital social. Como apontam Carlos e Silva (2006, p. 165), essa relação se manifesta por meio do “vínculo estreito com associações que estabelecem laços de confiança e reciprocidade, reforçando valores democráticos”. Ganança (2006, p. 7), ao revisitar reflexões de autores clássicos da ciência política, como Tocqueville, argumenta que a “participação associativa cria hábitos de colaboração e solidariedade entre os indivíduos”. Nesse sentido, o associativismo não apenas fortalece os laços comunitários, mas também desempenha um papel educativo, ensinando a convivência democrática, a colaboração e a aceitação da diversidade de opiniões.

Para Canterle (2004, p. 5), o associativismo é um elemento fundamental para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade, pois permite articular o local com o abrangente. Ao criar espaços econômicos, políticos e culturais de aprendizagem e interação, o associativismo possibilita que as pessoas enxerguem na cooperação uma via para superar tanto dificuldades individuais quanto coletivas. Dessa forma, ele se torna um instrumento essencial para enfrentar desafios complexos que frequentemente dificultam o desenvolvimento e a busca pelo bem viver. Segundo Canterle (2004, p. 8), o fomento ao associativismo constitui a “pedra angular do desenvolvimento, cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, atendendo às suas necessidades coletivas e individuais”.

As comunidades amazônicas, historicamente excluídas dos processos de desenvolvimento, buscam constantemente meios para conquistar espaço e acesso a políticas públicas. Nesse contexto, o associativismo emerge como uma “importante estratégia de enfrentamento das dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares” (Picanço e Souza, 2023, p. 216). Por meio dele, essas comunidades fortalecem sua organização social, potencializam sua participação política e ampliam suas oportunidades de desenvolvimento sustentável, tornando-se protagonistas na construção de seu próprio futuro.

Para Sangalli (2015, p. 226), diante dos desafios e potencialidades das comunidades indígenas, a associação possibilita a melhoria da “atuação no mercado e, portanto, o desempenho econômico, o que faz com que o associativismo passe a ser um mecanismo relevante para a construção de um ambiente favorável à permanência dos habitantes dos assentamentos rurais”. Dessa forma, as associações permitem que as comunidades norteiem suas condições econômicas e sociais, viabilizando mecanismos que concretizem suas demandas e aproximam-nas da autossuficiência produtiva.

Amorim e Silva (2015) compreendem que o associativismo, especialmente no meio rural, está inserido em uma realidade marcada pela desigualdade, típica do sistema capitalista. Nesse contexto, o associativismo se apresenta como uma estratégia para minimizar essa situação desfavorável. Segundo os autores (2015, p. 8-9):

Nota-se que o associativismo rural torna-se, de um lado, uma alternativa para superar parte dessas dificuldades e da exclusão estrutural do processo de produção no campo, mas, por outro, é um mecanismo que tem contribuído de forma expressiva para que as comunidades camponesas consigam representatividade legítima e, por meio dela, reivindiquem acesso aos serviços e às políticas públicas, assegurando assim direitos de cidadania, benefícios que lhes são negados no exercício da ação individualizada. Nesse sentido, o associativismo rural pode ser uma alternativa para melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção no campo, tendo em vista a desigual distribuição de renda, o persistente alto índice de pobreza e a elevada taxa de analfabetismo entre os agricultores rurais. O associativismo pode reivindicar ações do Estado no sentido de contribuir para a instituição de políticas públicas voltadas para a formação profissional e geração de renda por meio do estímulo econômico à vocação produtiva da região.

A citação acima destaca o papel essencial do associativismo na luta por direitos e na redução das desigualdades estruturais que afetam comunidades rurais e indígenas. Ao se organizarem coletivamente, esses grupos ganham maior poder de negociação e acesso a políticas públicas fundamentais para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Balem (2016, p. 44) enfatiza que a atuação em grupo permite o compartilhamento de ideias, experiências e aprendizado em diferentes níveis – individual, familiar e comunitário. Segundo o autor, indígenas e agricultores organizados em associações possuem maior força para incidir sobre o poder público e privado:

Normalmente, os agricultores enfrentam dificuldades semelhantes em relação à produção, acesso ao mercado e assistência técnica. As associações tendem a auxiliar na resolução desses problemas comuns e, inclusive, a melhorar o desempenho econômico das propriedades. O associativismo também é um dos caminhos para que as famílias de agricultores se empoderem e busquem maior inserção e visibilidade na sociedade. A transição de uma atuação individual e familiar para uma participação grupal e comunitária pode ser um mecanismo essencial para garantir maior renda para as famílias rurais, acesso qualificado ao mercado, processamento de produtos, diminuição da penosidade do trabalho e assessoria técnica de qualidade.

Dessa forma, o associativismo se apresenta como uma estratégia fundamental para a melhoria das condições de vida das populações indígenas, funcionando como um espaço de cooperação e ajuda mútua entre seus associados. Além de viabilizar acesso a direitos e oportunidades, fortalece a identidade comunitária, permitindo que essas populações se organizem para superar desafios estruturais e conquistar autonomia em diversos aspectos, desde a economia até a valorização cultural.

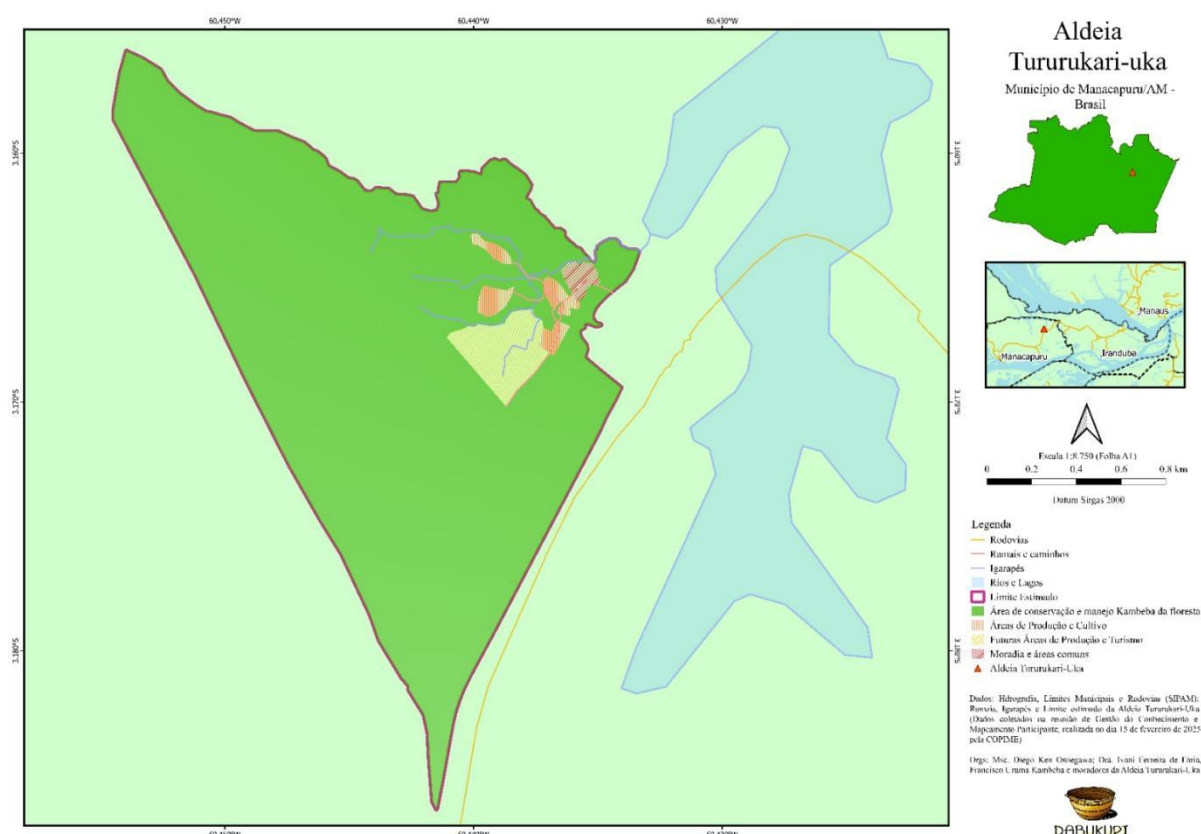
3. METODOLOGIA

Neste trabalho, buscou-se analisar as condições de vida dos indígenas da comunidade Tururukari-Uka, localizada em Manacapuru, Amazonas, com ênfase no papel do associativismo praticado por eles e sua influência no desenvolvimento comunitário. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, visando compreender como a organização coletiva impacta a dinâmica social, econômica e ambiental da comunidade.

Além da abordagem qualitativa, foi conduzida uma análise quantitativa com o objetivo de descrever e mensurar aspectos fundamentais da realidade local, incluindo indicadores socioeconômicos, condições de infraestrutura, acesso a serviços básicos e práticas ambientais. A combinação dessas abordagens permitiu uma visão abrangente da comunidade, evidenciando tanto os desafios enfrentados quanto as potencialidades do associativismo como ferramenta de fortalecimento social e desenvolvimento sustentável.

Os resultados deste estudo contribuem para uma compreensão mais profunda sobre a organização social da comunidade Tururukari-Uka e sua capacidade de mobilização coletiva, destacando a importância de políticas públicas e iniciativas que valorizem e potencializem o associativismo indígena como estratégia de autonomia e melhoria da qualidade de vida.

Figura 1 – Mapa da comunidade



Fonte: Msc. Diego Ken Osoegawa; Dra. Ivani Ferreira de Faria, Francisco Uruma Kambeba e moradores da Aldeia Tururukari-Uka (2025)

A área geográfica deste estudo corresponde à comunidade Tururukari-uka, que possui uma área coletiva de 36 hectares. Esse território não apenas delimita o espaço físico da comunidade, mas também representa um ambiente fundamental para sua convivência, cultura e sobrevivência. Nele, são desenvolvidas diversas estratégias de subsistência, incluindo a coleta de recursos naturais, o plantio de culturas tradicionais e a caça, atividades que garantem o sustento das famílias e reforçam a identidade comunitária.

Para compreender o papel da associação comunitária no desenvolvimento local, realizamos um estudo baseado em depoimentos das lideranças da comunidade. Ao todo, 3 lideranças participaram do estudo, expondo suas percepções sobre as contribuições da associação para o fortalecimento social, econômico e político da comunidade.

O processo de pesquisa envolveu a coleta sistemática de dados, seguida pelo processamento e análise das informações obtidas. A abordagem metodológica adotada consistiu na realização de análises descritivas, confrontando os resultados empíricos com referenciais teóricos. O objetivo foi evidenciar a importância do associativismo como

ferramenta de organização social, empoderamento comunitário e promoção do desenvolvimento sustentável.

Os achados deste estudo fornecem uma visão aprofundada sobre os desafios e potencialidades da associação na comunidade Tururukari-uka, destacando seu papel na melhoria das condições de vida, no fortalecimento da representatividade política e na ampliação do acesso a recursos e oportunidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao traçarmos uma linha do tempo da comunidade Tururukari-Uka, observamos que, desde sua fundação em 2004, ela conquistou importantes avanços graças ao seu processo de organização e mobilização. Antes de 2013, destacam-se conquistas essenciais, como a chegada da energia elétrica, a construção da casa de farinha e o acesso a projetos voltados para a criação de abelhas, que contribuíram para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Seguindo a linha do tempo, com a criação da associação, a comunidade passa a organizar suas demandas de forma mais estruturada. Esse avanço possibilita a construção da escola de alvenaria, que conta com espaços destinados à secretaria, biblioteca e cozinha, proporcionando melhores condições para a educação e o desenvolvimento local.

Figura 02: Histórico da Associação



Fonte: Elaboração dos próprios autores, 2025.

A criação da associação fortalece a organização comunitária, conferindo maior organicidade e permitindo um planejamento mais eficiente dos objetivos coletivos. Além disso, a associação se torna um instrumento fundamental para a conquista de direitos básicos, fortalecendo laços étnicos e promovendo a cooperação entre seus membros. Segundo Santos (2002, p. 38), quando bem estruturada e organizada, uma associação pode “obter grande representatividade política, tornando-se instrumento de obtenção, junto aos empresários e aos órgãos políticos representativos do município, do estado ou da federação”, possibilitando

conquistas e benefícios que contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população.

Com a criação da associação, a comunidade passa a contar com uma entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que surge de forma espontânea, com foco em objetivos comuns. Politicamente, as associações atuam como atores coletivos capazes de comunicar suas demandas ao poder público, fortalecendo a representatividade e a participação política. É importante destacar que a base da associação está na identidade étnica da comunidade, conceito que, segundo Athias (2007, p. 40), se refere a um “sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, apoiando-se numa crença de origem comum e na construção de um repertório de elementos diacríticos. Isso permite à comunidade étnica se definir, se organizar e se diferenciar diante dos outros”.

A trajetória da comunidade demonstra que, ao longo do tempo, suas ações políticas se ampliaram, estabelecendo parcerias estratégicas com diversos atores, como organizações não governamentais (Cáritas), órgãos públicos (secretarias de governo) e instituições de pesquisa (Embrapa). Essas colaborações possibilitaram o fortalecimento da comunidade e a implementação de políticas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável e a valorização da identidade cultural local.

Com a associação a comunidade passa a ter um meta clara de ação, o que permite o acesso aos projetos e financiamento a fundo pedido. No quadro 1, é possível perceber que o impactos da associação ocorre nas dimensões: social, econômica, ambiental, cultural e das relações institucionais.

Os impactos apresentados no quadro 1 evidenciam que, ao criar a associação, a comunidade passa a desenvolver um projeto coletivo que integra ações voltadas tanto para o bem-estar individual quanto para o coletivo. Esse processo visa garantir a qualidade de vida dos membros da comunidade, ao mesmo tempo em que propicia condições para a vivência e preservação da cultura de maneira harmônica com a natureza.

A associação confere legitimidade à comunidade e estabelece as condições necessárias para firmar parcerias com instituições públicas e privadas. Essas parcerias são essenciais, pois colocam a comunidade na rota do acesso a tecnologias e inovações que potencializam sua capacidade produtiva e social. Ao integrar esses novos recursos, a comunidade não apenas fortalece sua base econômica, mas também aprimora suas práticas culturais, ambientais e de gestão, ampliando seu alcance e visibilidade tanto local quanto nacionalmente.

Além disso, essas colaborações estratégicas abrem portas para a implementação de projetos sustentáveis e inovadores que contribuem para o desenvolvimento local, ao mesmo

tempo que reforçam o papel da comunidade como protagonista na construção de seu próprio futuro. A associação, portanto, torna-se um instrumento crucial para a transformação social, econômica e cultural da comunidade, promovendo a inclusão e o acesso a oportunidades que de outra forma seriam inacessíveis.

Quadro 1: Os impactos da associação nas dimensões: social, econômica, ambiental, cultural e das relações institucionais.

Dimensões	Conquistas
Social	-Criação da escola de alvenaria com secretaria, biblioteca e cozinha -Fortalecimento da identidade étnica e comunitária -Organização política para reivindicação de direitos básicos -Parcerias com ONGs e órgãos públicos.
Ambiental	-Implantação de projetos de criação de abelhas para preservação sustentabilidade -Proteção dos recursos naturais e da biodiversidade local - Diversificação produtiva
Econômica	-Construção da casa de farinha para fortalecer a produção local -Incentivo à economia solidária e ao comércio de produtos tradicionais. -Acesso a projetos de geração de renda sustentáveis.
Cultural	-Valorização da cultura e das tradições indígenas -Promoção de eventos culturais e rituais tradicionais -Fortalecimento da língua e dos saberes ancestrais
Relação Institucional	-Parcerias com organizações não governamentais (Cáritas e outras ONGs). -Apoio de órgãos públicos (secretarias de governo, FUNAI, prefeituras, entre outros). -Colaboração com instituições de pesquisa (Embrapa, universidades e centros de estudo). -Participação em redes e fóruns de defesa dos direitos indígenas.

Fonte: Elaboração dos próprios autores, 2025.

Portanto, a associação permite a superação da figura do mediador, anteriormente desempenhada por instituições como igrejas, sindicatos ou indivíduos simpatizantes da causa indígena. Com a criação da associação, a comunidade adquire autonomia, assumindo protagonismo em suas próprias pautas e decisões. Essa mudança de paradigma fortalece a capacidade da comunidade de articular suas demandas de forma independente, sem depender de intermediários, e possibilita um maior controle sobre o direcionamento de suas ações e recursos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da associação possibilita a superação da figura do mediador, anteriormente desempenhada por instituições como igrejas e outros atores externos à comunidade. Nesse contexto, a análise dos resultados revela que os Kambeba de Tururukari-Uka mantêm uma relação de interculturalidade, que se configura como uma forma de resistência e luta por seus direitos dentro da sociedade envolvente. Por meio da associação, a comunidade fortalece sua identidade linguística e cultural, além de garantir, por meio de suas ações, as condições necessárias para o "bem viver".

As ações desenvolvidas pela associação têm sido fundamentais para consolidar a autonomia do povo Kambeba, proporcionando-lhes maior capacidade de incidência nas esferas políticas e sociais. A associação se torna, assim, um espaço estratégico para a promoção de suas demandas e para a defesa de seus direitos, com foco na sustentabilidade e preservação cultural.

A criação da associação dos Kambeba de Tururukari-Uka, embora desafiadora e marcada por avanços e retrocessos, representa um passo significativo na ressignificação da luta indígena no contexto contemporâneo. A construção dessa estrutura educacional e organizacional não é rápida nem simples, exigindo adaptações constantes às necessidades e realidades da comunidade. Porém, é essencial que se dê o primeiro passo nesse processo, com o objetivo de adaptar a Associação Atik à realidade da comunidade indígena, contribuindo para a autonomia e fortalecimento do povo Omágua/Kambeba no município de Manacapuru/AM.

Esse processo de organização e fortalecimento, embora repleto de desafios, é vital para garantir que o povo Kambeba possa, por meio de sua própria estrutura, continuar sua luta por reconhecimento, direitos e melhoria das condições de vida, respeitando e promovendo sua cultura e identidade em um cenário cada vez mais desafiado.

Sindicatos ou indivíduos simpatizantes da causa indígena. Com a criação da associação, a comunidade adquire autonomia, assumindo protagonismo em suas próprias pautas e decisões. Essa mudança de paradigma fortalece a capacidade da comunidade de articular suas demandas de forma independente, sem depender de intermediários, e possibilita um maior controle sobre o direcionamento de suas ações e recursos. Há muitas formas de proporcionar o fortalecimento comunitário de uma região. Pode ser, por exemplo, por meio de uma associação de bairro que atue para atingir mudanças em território, em diálogo com seus moradores e com as questões que eles consideram mais urgentes. Além de trazer uma melhor estrutura ao local, iniciativas desse tipo contribuem para a criação de um sentimento de comunidade e de pertencimento aos habitantes. Isso é essencial para o protagonismo daquelas

peçoas, para que possam atuar em favor de seus próprios interesses. E isso também envolve as crianças, beneficiadas não só pela infraestrutura a ser construída no entorno, mas também pela rede de relações estabelecida nesse processo. Dessa forma, elas presenciam desde cedo exemplos de solidariedade e amizade. Como lembra um antigo dizer africano, “é preciso uma aldeia para criar uma criança”.

O fortalecimento comunitário está interligado também com o desenvolvimento local, um processo de promoção da melhoria socioeconômica de uma região. Não se trata apenas dos efeitos locais de um processo de desenvolvimento mais amplo, mas do protagonismo que é construído nesse processo, além da autonomia dos agentes políticos do entorno.

É desse costurar de saberes compartilhados em rede que algo é construído. O fortalecimento comunitário tem, em suas consequências, a articulação de lideranças, as conquistas e melhorias para os indígenas através do engajamento político fortalecimento da incidência coletiva junto ao poder público.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) – Editais: N. 005/2022 - HUMANITAS – CT&I FAPEAM.

6. Referência

AMORIM, R. F.; DA SILVA, M. V. O associativismo rural como alternativa de representatividade em Piracanjuba/Goiás. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 14277–14292, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n4-119. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/59168>. Acesso em: 06 Abr. 2025.

ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira**: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira. 2.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. 134p.

BALEM, Tatiana Aparecida. **Associativismo e Cooperativismo**. Santa Maria - RS: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede E-Tec Brasil, 2016. 96 p. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/associativismo-e-cooperativismo-apostila02.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2025.

CARLOS, A. F. A.; SILVA, R. M. Associações comunitárias e capital social: análise de experiências locais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 1, p. 155–169, 2006.

CANTERLE, A. L. **O associativismo e o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: MDA, 2004.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022: População indígena. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 de abr. 2025.

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia e associativismo: práticas participativas na sociedade civil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 159–175, 2014.

PICANÇO, Angélica Brito; SOUZA, Paulo Marcelo de. Agricultura familiar e associativismo: obstáculos e avanços na experiência das associações de agricultores familiares de Itaperuna/RJ. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 20, ed. 4, p. 215-237, Out/Dez 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/EMBRAPA/Downloads/3145-Texto%20do%20Artigo-8509-1-10-20231102.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SANGALLI, Adriana Rita et al. ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO Do Desenvolvimento No Assentamento Rural Lagoa Grande, Em Dourados (MS), Br. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 92 Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/994/487>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SANTOS, P.L. **A comunidade em ação no combate à criminalidade. Relatório final de pesquisa apresentado à Fapesp**. Processo nº 01\00070-. Marília, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse.. Metodologia de Redes No Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais. **CADERNOS DE PESQUISA**, n.5, p. 1-12, 1995.

SILVA, M. Z.; CARLOS, E. **As dimensões da democracia participativa no Projeto Terra. Relatório de Pesquisa**. Vitória-ES:DCSO/UFES/FACITEC, 2006.

SOUZA, Maria de Lourdes Oliveira. **Participação em associação de pequenos produtores: dilemas de administração coletiva**. 1995. Dissertação (Mestrado em Administração Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1995.